



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 09/18, DE 26 DE ABRIL DE 2018

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sra. Vereadora, Dra. Ana Lúcia Cortez Simões

Faltou à presente reunião, o Senhor Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia, por motivos de saúde, tendo sido substituído pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Lúcia Cortez Simões, nos termos do art. 79.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, falta considerada por todos os elementos do Executivo, como justificada.

Pelas 14 horas e 40 minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período anterior ao do "Antes da Ordem do Dia", em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião e havendo público inscrito para intervir, passou de imediato a palavra ao mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Senhor José Manuel Ferreira Oliveira, residente em Ázere, que, após saudar todos os presentes apresentando uma questão relacionada com as antigas minas de urânio, uma vez fazer um ano que decorreu a iniciativa desconhecendo se está para avançar ou não.

Outra situação prende-se com a estrada entre São Paio e Covelo, questionando para quando está prevista a pavimentação da mesma, assim como o saneamento daquela povoação.

Seguidamente, fez referência às comemorações do "25 de abril", cujos 44 anos foram assinalados por um grupo de pessoas, que realizou um almoço no Jardim Sarah Beirão, tendo outras ido participar no desfile a Coimbra, mas pelo que se apercebeu no Município de Tábua, não houve nenhuma iniciativa nesse âmbito. No entanto, como referiu *"em concelhos mais conservadores que o nosso, que é o caso de Santa Comba Dão que realizou uma iniciativa alusiva ao "25 de abril", tendo inclusivamente homenageado as vítimas dos incêndios. Portanto, é sinal que há progresso e que o 25 de abril está vivo e que se lembram, também, das desgraças dessas alturas e de dar sempre um bocadinho àqueles com que nada ficaram. Tendo em conta que há uma grande política a nível do País para culpar os agricultores, do caso dos incêndios, por não terem as terras limpas e, estou à vontade para falar nisto. Durante anos que falei nesta sala, na comunicação social, noutros lados em debates que os agricultores eram postos ao abandono por deixarem os seus terrenos por amanho e fugirem para as povoações. Felizmente que, ainda, há agricultores porque se não estivessem nos arredores das povoações o caos seria ainda maior e é pena que ninguém reconheça isso. Pelo contrário, continua a política da perseguição, que até assusta"*.

A este propósito referiu uma notícia veiculada na TV, hoje de manhã, sobre quatro vítimas queimadas num incêndio, provocado por queimadas resultantes



CÂMARA MUNICIPAL

de limpezas dos terrenos queimados, que como disse "e é de lamentar que se chegue a este ponto. Que haja políticos que não acarinhem as pessoas, nem deem subsídios à pequena agricultura. Depois, há outro caso também de lamentar, e que é impressionante, pelo menos aqui no nosso concelho, ou seja, andam a acabar com os poucos pinheiros verdes que ficaram, que em seu entender, deviam manter-se para dar vida ao nosso concelho e aos outros. Depois, como se não bastasse há centenas e eu sou uma daquelas vítimas dos incêndios que não receberam nada porque fizemos a primeira declaração e ficamos sem nada e não sei que confusão é que aqui há, havendo cerca de setecentas pessoas que vieram falar comigo, que não receberam".

Nesse sentido, referiu que "a candidata da CDU trouxe aqui uma moção e eu fiquei espantado, em que, pelos vistos, os Senhores Presidentes de Junta votaram a favor dos seus fregueses e o Senhor Presidente da Câmara nos interesses dos tabuenses, lembrando que essa mesma moção foi à Assembleia da República e que foi aprovada, no sentido de serem feitas distinções e de ser feita justiça social a esses agricultores. Mas, não está preocupado em receber, porque há pessoas em pior situação que a sua e não está aqui em benefício próprio. Está aqui a falar de justiça por aqueles que nada receberam. Portanto e já agora, Senhor Presidente, sobre o ambiente, dizer que há uns anos trouxe aqui no Dia do Ambiente e acredito no que o Senhor me disse, que as águas do planalto eram de belíssima qualidade e, na altura tinha proposto que se acabasse com as garrafas e se bebesse água da torneira, porque essas garrafas só prejudicam o ambiente".

Seguidamente, pediu outra coisa "que as coisas que referiu aqui, mal ou bem, com os erros gráficos e a fraca cultura que, talvez, tenha fique na ata, como deve ser".

Às situações expostas, o Senhor Presidente esclareceu:

Relativamente às Minas, referiu tratar-se de uma obra da responsabilidade do Governo e que, pelo que sabe, alguns trabalhos já foram iniciados, mas desconhece em que fase estão, neste momento, por não ser da responsabilidade do Município.



CÂMARA MUNICIPAL

Quanto á estrada de São Paio/Covelo informou que *"está nas nossas prioridades, apesar de sermos criticados por gastar dinheiro, mas é uma obra que tem de ser feita, porque estamos aqui para pensar nas pessoas, para as pessoas e pensar em quem precisa. Não estamos aqui para pensar em quem quer protagonismo, quem quer realmente oportunismo. E, por essa razão a estrada vai ser feita custe o que custar e vai ser feito esse arranjo dentro do concelho de Tábua"*.

Sobre o saneamento, esclareceu que a obra de Vila Seca, Lageosa e Espadanal foi adjudicada, já com auto de consignação e segundo a informação que tem está a decorrer.

No que respeita ao 25 de abril, e embora respeitando muito essa data, esclareceu que cada Município tem as suas iniciativas, sendo uma opção política e da responsabilidade dos respetivos Executivos a comemoração do mesmo, saudando por isso todos aqueles que o fizeram, mas como não tem sido prática do Município de Tábua, comemorar esse dia, foi essa a razão pela qual não foi efetuada nenhuma iniciativa, nesse sentido.

Neste contexto, aproveitou para fazer referência à publicidade relativa à Festa da CDU levada a efeito nesse dia, chamando a atenção para o facto de, futuramente, terem o cuidado de evitar a colagem da publicidade da mesma nas pedras do Centro Cultural e nos equipamentos públicos, que em nada dignificam o ambiente. Também, em termos ambientais, chamou a atenção para a publicidade eleitoral do referido Partido, respeitante às últimas Autárquicas, que devia ser removida.

Quanto à limpeza das florestas referiu, ser de opinião, que em determinadas áreas as árvores deviam ser limpas e preservadas para evitar que, realmente, os incêndios se propaguem mais facilmente, mas a Lei foi aprovada pela Assembleia da República, sendo por isso, um assunto da exclusiva responsabilidade do Governo e não do Município.

Relativamente às vítimas dos incêndios, a notícia que o Senhor José Oliveira transmitiu, é de lamentar, infelizmente, porque as pessoas também não cumprem as regras. As queimadas são permitidas, mas devem ser efetuadas



CÂMARA MUNICIPAL

fora da área florestal, contrariamente ao que muita gente faz, evitando-se desta forma que as desgraças aconteçam, como foi o caso apontado.

Sobre a moção, julgo que disse que também a tinha votado, *"mas eu não votei moção nenhuma porque na Assembleia Municipal não tenho direito a voto, Senhor Oliveira."*

No que concerne àquilo a que se refere *"eu também sou daqueles que, quando tenho oportunidade e posso estar com um membro do governo, também chamo a atenção para todas as situações e apoios que deviam ter sido dados. Aquilo que correu menos bem sou eu o primeiro a reconhecer isso e o primeiro também a chamar a atenção disso. Tenho-o feito publicamente e tem a consciência tranquila em relação a essa parte"*.

Em sede de ambiente e quanto às águas dizer que, também, bebo água da torneira e estou tranquilo com isso, porque a água é de excelente qualidade. Em relação às garrafas já tinha deixado essa nota, no sentido, de passar a usar-se, nas reuniões, a água da rede, mas acontece que as canalizações do edifício dos Paços do Município são tão antigas que a água sabe a ferrugem e por esse facto, continua a ser utilizada a água engarrafada. Agora nos edifícios com canalizações mais recentes esse problema já não se põe.

Quanto à ata, *"presumo que as nossas técnicas transcrevem na ata aquilo que efetivamente se passa. Confio completamente na competência das pessoas, no rigor e na imparcialidade das pessoas, por isso, entendo não ser uma questão porque, efetivamente, aquilo que se tenta colocar nas atas é aquilo que deve ser colocado. E, como o Senhor Oliveira deve saber, as atas não são uma transcrição integral de tudo o que se passa. São uma transcrição sucinta daquilo que realmente é importante e, aquilo que as nossas técnicas fazem seguem o rigor e os critérios do que é correto e que deve ser feito"*.

Sobre esta explicação, interveio de novo o Senhor Oliveira, dizendo discordar com a mesma, defendendo que tudo o que é dito na reunião devia constar na ata e é isso que tem de ficar escrito, ao que o Senhor Presidente respondeu *"que não é esse o princípio das atas, porque se assim fosse as atas em vez de vinte folhas, teriam cinquenta ou sessenta e não faz qualquer sentido."*



CÂMARA MUNICIPAL

Assim como, quando são entregues documentos, eles ficam anexos à ata e fazem parte integrante da ata. Agora compreenda que não se vão utilizar dez linhas para referir aquilo que se pode dizer em duas ou três linhas. Temos de ser práticos, sucintos e menos burocráticos possíveis. Pelo menos, é esta a minha maneira de estar e de ser e julgo que não estou no caminho errado. Mas, respeito a sua opinião".

Nada mais havendo a esclarecer, o Senhor Presidente da Câmara passou ao período seguinte, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Na sua intervenção e à semelhança do que aconteceu com todos os Municípios afetados pelos incêndios de outubro de 2017, o Senhor Presidente da Câmara, deu conhecimento que na passada quinta-feira, assinou, com a Agência Portuguesa do Ambiente, na qualidade de Presidente da Câmara e em representação do Município, o Protocolo de Colaboração a que alude o ponto 2 da Ordem de Trabalhos da presente reunião, com o intuito de repor tudo aquilo que são as políticas ambientais e cumprir, designadamente, em matérias de limpezas e de desobstrução das linhas de água, de modo a que os cursos de água tenham a qualidade necessária. Neste contexto, referiu ser um facto de que todos se devem orgulhar, uma vez que as águas nesta região têm, efetivamente, muita qualidade.

Seguidamente, deu nota que marcou presença no Encontro de Escritores Tabuenses, que decorreu na Biblioteca Municipal, no passado sábado, dia 20 de abril, uma iniciativa de extrema relevância, que juntou os escritores tabuenses António Nunes, Fernando Pais, Cátia Fernandes e Ricardo Mota e na qual foram abordadas várias temáticas, sob a moderação do escritor



CÂMARA MUNICIPAL

José Fanha que, em seu entender, além de elevar o concelho de Tábua, denota, também, o respeito pelas pessoas que se empenham e apresentam trabalhos de mérito, que é o caso dos referidos escritores. A todos eles deixou um reconhecimento, assim como, um agradecimento ao escritor José Fanha pela sua presença e pela forma como orientou as intervenções entre os escritores.

Por último e tendo tido conhecimento, na presente reunião, do falecimento do pai da senhora deputada municipal, Dra. Maria do Rosário Fonseca, propôs que ficasse exarado em ata um voto de pesar e endereçados os respetivos pêsames à mesma, facto que mereceu aprovação unânime.

Nada mais havendo a acrescentar, deu por terminada a sua intervenção passando a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

No uso da palavra o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, corpo técnico das reuniões da Câmara, à comunicação e também ao público presente.

Entre as notas que tem para referir, começou por felicitar o jovem André Esteves, recentemente eleito como Chefe do dos Escuteiros do Agrupamento 0972 de Midões, fazendo votos para que tenha um grande mandato.

De igual modo, felicitou também o jovem Rafael Nunes, estudante tabuense de mestrado em Gestão da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que foi vencedor do "The Trading Game", um jogo de bolsa em tempo real para investidores virtuais, promovido pela Caixa Económica do Montepio Geral.



CÂMARA MUNICIPAL

Deixar, também, uma palavra à Joana Gomes que levou ao Centro Cultural mais uma peça, inserida naquilo que é o curso de finalista de Teatro e Educação da ESEC.

Posto isto, dizer e associar-se às palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a qualidade da água que consumimos, que é de excelente qualidade, referindo, neste contexto, que a EPTOLIVA também já está a distribuir garrafas que podem ser recicladas.

Seguidamente, fez referência à "Festa do Vinho Novo", uma excelente iniciativa promovida pelo Município, no âmbito da estratégia de dinamização do Mercado Municipal, que ultrapassou as edições anteriores, onde foram premiados 41 vinhos, dos 62 levados a concurso, entre 28 produtores do Concelho de Tábua, distribuídos pelas várias freguesias, com o objetivo de incentivar os agricultores e produtores a produzir e a promover, como referiu, *"aquilo que é o néctar de excelência da nossa região, portanto, eles alavancam aquilo que, também, é a dinamização não só das terras, mas, sobretudo, de um produto de excelência do nosso concelho"*.

Outra temática de que deu nota, respeita à reunião do Conselho Municipal da Educação, realizada no passado dia 17 de abril, na qual foi aprovado o seu Regimento e onde foram debatidas bastantes questões, entre as quais, os Projetos SIGA, o Plano de Educação Local e o projeto "+ Sucesso Escolar", que será apresentado mais tarde aquando da sua implementação.

Relativamente à FACIT, informou que estão abertas e a ser divulgadas, até ao próximo dia 18 de maio, as inscrições para o certame.

Também a título de divulgação, informou estarem abertas as inscrições para a corrida "Por Terras de João Brandão", a decorrer no próximo dia 12 de maio, cujo projeto surge, não só, na estratégia de divulgação e da promoção da atividade desportiva do próprio Município, mas também, no âmbito do projeto Do U Sport?, que é um projeto estrangeiro, fruto de uma candidatura que o Município fez em parceria com o concelho de Mielec, na Polónia e com o concelho de Las Torres de Cotillas, na Espanha.



CÂMARA MUNICIPAL

A propósito deste projeto, deu nota do falecimento de um elemento do concelho de Milelec, solicitando por isso que sejam endereçados os pêsames do Executivo ao Município de Milelec, na Polónia.

Referiu que no passado fim-de-semana, decorreu no Pavilhão Multiusos a iniciativa "Olha o Senhor Árbitro", um jogo de futsal feminino entre a equipa do Grupo Desportivo Tabuense e o da Tocha, que foi filmado pela SIC e que visou, sobretudo, incentivar o fair play e tentar incutir valores daquilo que também é a modalidade do futebol, para além da atividade física.

Sobre o Índice de Transparência falado na última reunião da Câmara referiu que *"já reuniu a equipa mais restrita do próprio Índice no sentido de ficarem harmonizados todos os resultados que lhe são inerentes e que muito nos orgulham e referir, uma vez mais, que o Município de Tábua ocupa o honroso e prestigiante oitavo lugar, entre os 308 Municípios e que aquilo que ficou definido, de uma análise mais global, é que com as indicações que foram dadas pela mesma entidade, o uso e os critérios que, este ano, foram mais apertados, relevou aquilo que é de uma pontuação global que tem vindo a descer e que Tábua assumiu então nestes pontos todos. Portanto, refiro-me não só à informação sobre a organização e composição social do funcionamento do Município, mas aos Planos e Relatórios, aos Impostos, Taxas e Tarifas, experiência e Regulamentos, à relação com a sociedade, à transparência na contratação pública, à transparência económico-financeira e à transparência na área do urbanismo, em que subimos em todos eles naquilo que estava considerado nas outras edições"*.

Sobre o "25 de abril", deu duas notas. Uma primeira para reforçar o que foi dito pelo Senhor Presidente, no sentido de que a irreverência muitas das vezes não é sinal de vandalismo e, não só, naquilo que foi focado aqui hoje quanto à colagem de publicidade, referindo que *"Por vezes, não é só colocar o próprio cartaz, mas sim da cola que se aplica que dificulta o trabalho de quem os vai arrancar que estraga as pinturas onde são colocadas, assim como nos postes de eletricidade, mas sobretudo aquilo que é monumentos antigos e que estão valorizados e que com este tipo de papel e cola aplicada ficam*

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL

obviamente danificados e aí, em termos de irreverência julgo que a palavra mais concreta seria o vandalismo".

E, a propósito de vandalismo, fez de igual modo, referência aos sinais que aparecem completamente vergados e danificados e à questão das rotundas, de que o Senhor Presidente já deu nota, que também elas são alvo de vandalismo, fazendo por isso um apelo geral e porque acha que o "25 de abril" não foi criado para que haja este tipo de vandalismo mas, sobretudo, para exaltar os valores da democracia.

Ainda sobre o "25 e abril" e dando continuidade ao referido, acrescentou *"e aqui o comentário seria - a liberdade para mim é um bocado diferente naquilo que é a libertinagem. A liberdade faz com que as pessoas sejam livres, mas acho que "ela termina quando ferimos a liberdade dos outros". E, aqui dizer-vos, também, que é com muita mágoa que, hoje em dia, assistimos a um alavancar do significado da libertinagem e muitas das vezes as pessoas escondem-se em perfis falsos e em comentários que fazem e utilizam muitas vezes a maledicência, em jeito de crítica, efetuada no anonimato e, muitas das vezes, efetuadas para atingir as pessoas, por vezes, de forma até pessoal e sentimental, quando o objetivo desta palavra é aquele que tem de ficar nela mas, sobretudo, o que está escrito "voltar aos valores, obviamente, da liberdade e não da libertinagem".*

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SÍLVIA FERREIRA:

Após saudar os presentes, deu nota que no decorreu no Centro Cultural no passado domingo, dia 22 de abril, o concurso de leitura, que foi um excelente momento, uma excelente iniciativa e verificar que meninos de tenra idade estão tão empenhados na leitura foi, completamente, surpreendente e fabuloso.

Relativamente às moradias ardidas, informou que na presente data e das 21 que têm aprovação, 19 delas já têm o levantamento topográfico concluído, começando a fazer-se, na próxima semana, os projetos de arquitetura.



CÂMARA MUNICIPAL

Referiu, ainda, a este respeito, que hoje de manhã se realizou uma reunião com a equipa projetista na escola de Midões, uma vez ser lá que se vão iniciar os trabalhos de demolição da cobertura, para se poder implantar a estrutura interna no edifício, estando os trabalhos a decorrer consoante a calendarização estimada.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira começou por felicitar o Senhor Presidente da Câmara, Mário Loureiro, enquanto Presidente da Associação de Municípios do Planalto Beirão, pelos excelentes resultados obtidos e aprovados, por unanimidade, na Assembleia Intermunicipal realizada no passado dia 19 de abril, onde marcou presença, manifestando por isso grande satisfação ao verificar que a sua liderança e a sua equipa têm atingido tão bons resultados.

No âmbito do protocolo celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), que visa a implementação dos Programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras”, designadamente, ao nível local das freguesias e dos concelhos, informou que graças ao forte empenho do Município de Tábua em implementar, também, em Tábua estes programas, se vai realizar no próximo sábado, no Centro Cultural, uma ação de sensibilização com membros do governo e das entidades mencionadas, com duração de cerca de hora e meia, direcionada para todos os serviços municipais de Proteção Civil, Juntas/Unições de Freguesia e Corpos de Bombeiros dos concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital, Arganil, Pampilhosa da Serra, Penacova, Vila Nova de Poiares e Góis, com o intuito de serem explicadas as novas ações/ medidas contempladas nos mesmos e que se avizinham ser boas, nomeadamente, em termos de prevenção e alerta para as populações, aquando de uma catástrofe.



CÂMARA MUNICIPAL

Seguidamente, convidou todos os Senhores Vereadores a participar na iniciativa de criação de um laço azul em forma de logótipo humano, que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tábua, com o apoio do Município e do Agrupamento de Escolas de Tábua, vai levar a efeito, no dia de amanhã, a partir das 10:30h, no campo de futebol Dr. António Costa Júnior, com a comunidade escolar do concelho, comunidade tabuense em geral e IPSS's, como forma de assinalar a prevenção dos maus tratos na infância e onde será oferecida a todos os participantes uma t-shirt azul.

Terminou a sua intervenção, felicitando o corpo de Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha pela realização do XXI Encontro Nacional de Bombeiros, realizado no dia de ontem, onde esteve presente, registando com muita satisfação a excelente organização do evento.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

Após apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Martins, no uso da palavra iniciou a sua intervenção, apresentando os seus pêsames à Dra. Maria do Rosário Fonseca, membro da Assembleia Municipal, pelo falecimento de seu pai e transmitir-lhe palavras de coragem, neste momento, que não deve ser nada fácil.

De seguida e reportando-se à Reunião da Câmara de 9 de novembro de 2017, referiu que " *nós analisamos aqui um pedido de apoio à Sociedade de Recreio, União e Progresso Mouronhense que solicitava seis mil euros de subsídio. A Câmara concedeu, efetivamente, os cinco mil euros. Na Reunião da apresentação de Contas daquela coletividade surge um subsídio da Câmara no valor de quatro mil euros e de, facto, questioneei porque estava lá esse valor, quando tínhamos aprovado os cinco mil e verificou-se que essas verbas respeitam, efetivamente, ao subsídio concedido em 2016 e entregue em novembro de 2017. Ora vejamos, em outubro de 2016 a Tuna faz o pedido de subsídio que vem a Reunião de Câmara em novembro de 2017 e é aprovado.*



CÂMARA MUNICIPAL

Em novembro de 2018 será efetivada a atribuição desse subsídio? Pergunto eu. E, pergunto, ainda, se também será esta uma prática de termos este atraso de dois anos, na atribuição destes subsídios?"

Continuou a sua intervenção, referindo que "Na última Reunião da Câmara tomamos, também, conhecimento de dois contratos de aquisição de serviços. Um para a FACIT, no valor de 67.498,00€, mais IVA, tendo questionado na altura o Senhor Presidente que nos disse, de facto, que isto não era fácil e tudo tinha os seus custos com palcos, artistas e organização. Eu gostava, na medida do possível, de saber em concreto para que é que serve esta verba, de acordo com o que constará no devido caderno de encargos? Depois há outro contrato, que confesso só me debrucei sobre ele já pós reunião porque com tantos documentos não tive qualquer hipótese de analisar isto, no âmbito da Academia Artística, em que é feita, também, um contrato no valor de 60.488,00€, mais IVA, a favor do adjudicatário Pedro Miguel Morais Carvalho. Gostaríamos de saber, em concreto, em que consistem estes trabalhos e já agora quem é esta pessoa?"

Seguidamente, referiu que " a Lei 24/98, de 26 de maio vem aprovar o Estatuto do Direito de Oposição. A Lei 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais diz no seu n.º 1, do artigo 35.º que "competem ao Presidente da Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo Relatório de Avaliação". No artigo 10.º da Lei 24/98, de 26 de maio diz que e passo a citar: "As Autarquias Locais elaboram até ao fim de março do ano subsequente aquele a que se referem, relatórios de avaliação do grau de observância pelos direitos e garantias constantes da Lei", Diz, ainda, este artigo 10.º no seu ponto 2 que "esses relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que sobre eles se pronunciem". Perguntamos: Não nos tendo chegado qualquer relatório terá havido algum problema de comunicação que fez com que não tenhamos tido acesso a ele? A que se deve, de facto, este incumprimento legal?"



CÂMARA MUNICIPAL

No tocante "á apresentação das Contas da Junta da Freguesia de Mouronho foi referida uma dívida do Município inscrita na apresentação de Contas na ordem dos cinquenta mil euros. Foi dito que esta dívida tem mais de cinco anos. Pergunto: Há estimativa quanto à data para saldar esta transferência de verbas para a Junta de Mouronho?

Seguidamente, fez alusão a lapsos que detetou nas atas publicadas.

E, para concluir a sua intervenção fez referência a mais um ranking que saiu esta semana, em que " a Bloom Consulting Portugal City Brand avalia desde 2014, portanto, pelo quarto ano consecutivo, a performance e a atratividade da marca dos 308 Municípios de Portugal nas categorias de turismo, visitar negócios, investir e talento para viver, através da análise de variáveis de eficácia como contabilização económica ao nível da criação de empresas, taxas de desemprego, número de unidades hoteleiras e taxas de dormidas, níveis de criminalidade e segurança e poder de compra dos habitantes. São, ainda, considerados no estudo dados estatísticos relativos à procura, pesquisas online que tiveram como objeto o Município em causa, bem como, o desempenho através do site e redes sociais. O Município de Tábua ocupa o setuagésimo nono lugar do ranking regional do centro em cem municípios e a posição 221, a nível nacional, num universo de 308 municípios. Resta-nos, de facto, o consolo de aqui, na nossa região, nós termos Santa Comba Dão num lugar abaixo de nós. Mas como com o mal dos outros podemos bem, não podemos perder de vista, também, os concelhos vizinhos que se situam à nossa frente no referido ranking, como por exemplo, Arganil que está em 115 a nível nacional, 32.º regional; Oliveira do Hospital em 31.º a nível regional, 114 nacional; Nelas está em 50.º e Carregal do Sal em 67.º".

Para responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador, interveio o Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer, " relativamente, à Tuna que todos os anos tem recebido um apoio. Explicou que existe um Regulamento de Concessão de Apoios às associações ao abrigo do qual as associações têm de apresentar o Plano de Atividades para o ano seguinte e solicitar os apoios,



CÂMARA MUNICIPAL

também para o ano seguinte. A Tuna de Mouronho pela sua eficiência pede com bastante antecedência os apoios, pelo que o dos 5.000,00€ era para ser entregue no ano de 2018 e será entregue brevemente, deixando claro que a Tuna de Mouronho tem recebido todos os anos uma verba".

Neste sentido, clarificou, ainda, que à Tuna além da concessão do mencionado apoio, foram efetuados outros, designadamente, apoio logístico na Feira das Sopas, cedência do Centro Cultural aquando da comemoração do centenário da mesma, entre outros, tendo, portanto, havido sempre uma estreita colaboração com a Tuna, salientando que " *se há instituição que mereça apoio e como com certeza ouviu, é a Tuna porque denota realmente trabalho e eficiência*".

Explicou, ainda, que a situação exposta se deve ao facto da Tuna ter pedido dois subsídios no mesmo ano, por causa da aquisição das fardas, tendo-lhe sido concedido um apoio no valor de 4.000,00€ e ficado o dos 5.000,00€ para disponibilizar no corrente ano, na sequência do que ficou acordado, na altura.

Quanto à aquisição de serviços, é uma situação que pode ser esclarecida pelo Senhor Eng.º Lima, Chefe de Divisão da DOSUA.

Relativamente à Academia Artística, esclareceu tratar-se de um contrato para três anos, estabelecido com o Senhor Pedro Carvalho, Professor de Música responsável pela Academia e que dá formação diária no âmbito da música a crianças e jovens do nosso concelho, referindo, neste sentido, "*que a Câmara está a fazer um excelente trabalho em termos culturais, sociais uma vez que Tábua era carente nessa área e, neste momento, tem uma orquestra com muito nível e de excelente qualidade*".

Quanto à Lei do Estatuto do Direito de Oposição, esclareceu que o último Relatório, referente ao ano de 2016, foi presente na Reunião do Executivo de 18 de abril de 2017, uma vez que ia acabar o mandato, tendo merecido elogios, na altura, por parte dos elementos responsáveis da oposição, quer na reunião da Câmara, quer na sessão da Assembleia Municipal. Quanto ao Relatório



CÂMARA MUNICIPAL

inerente ao ano de 2017, em falta, solicitou à Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara que tomasse nota desta situação, a fim de ser presente numa próxima reunião do Executivo.

Sobre os valores pendentes à freguesia de Mouronho, que são cerca de trinta mil euros, informou que os contratos interadministrativos, ainda, não foram aprovados para este exercício, pelo que, provavelmente, no mês de maio, terá de ser ponderada a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, por esta e outras razões.

Relativamente aos lapsos nas atas, a Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes.

No que respeita ao ranking disse não ser novidade, uma vez que a empresa que faz o ranking da Bloom Consulting Portugal City Brand é uma entidade que todos os anos envia um e-mail para a Câmara a solicitar pagamento pelos rankings, situação com que discorda completamente, referindo sobre a matéria que *" se querem fazer rankings façam-nos de forma gratuita, séria e honesta. Agora quero deixar-vos uma nota, de que discordo completamente deste ranking. E, quero dizer que, quem validar este ranking não está a respeitar os Tabuenses. Reparem que há concelhos que o emprego depende do concelho de Tábua. Reparem que o investimento de Tábua e o movimento económico e financeiro das empresas orgulha-nos muito e que, se olharem concelhos que estão muito à nossa frente, não têm qualquer comparação possível com o nosso. O nosso concelho contribui com mais de cem milhões de euros para o equilíbrio da balança comercial. Portanto, não reconhecer isso aos nossos empresários e, não é só o Grupo Aquinos. É a Acorfato; é a Frisalgados; é a Friopastel; é a Pavicer; são uma série de entidades que trabalham com a exportação; é a Galcopor; todas as PME's ; as PME's Excelência. Tudo isto é uma realidade e aí de alguns concelhos aqui à volta, se não fosse o Município de Tábua e os empresários que Tábua tem. Por isso, desde logo, deixar esta nota. Este estudo não reconhece o nosso concelho quando, efetivamente, olharmos para concelhos que estão à nossa frente e que*



CÂMARA MUNICIPAL

não têm nada a ver connosco, em termos empresariais. E, por isso, queria deixar este recado aos Senhores Vereadores, que tenham cuidado ao fazer esse tipo de afirmações, porque se validarem um ranking destes, quero dizer que não estão a respeitar os empresários; que não estão a respeitar os Tabuenses; que não estão a respeitar o nosso trabalho e, isso também é sério e, nós devemos ter esse cuidado. Eu voto contra rankings que são pagos".

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, CARLOS SANTOS:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes, o Senhor Vereador, Carlos dos Santos iniciou a sua intervenção, começando em primeiro lugar por endereçar, a pedido do Presidente da Concelhia do PSD e em nome de todos os Tabuenses que se reveem no PSD, votos de condolências à Dra. Maria do Rosário, líder da bancada do PSD.

Seguidamente, questionou se as plantações de pinheiros e outras árvores carecem ou não de licenciamento e, de igual modo, se a Câmara tem de emitir algum parecer para a MAAVIM, obter o estatuto de utilidade pública.

No uso da palavra, aproveitou para felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meda de Mouros pelo facto de ter procedido ao arranjo da estrada.

Ainda sobre Meda de Mouros e Pinheiro de Coja, questionou o ponto de situação do investimento na rede de esgotos " *se há alguma luz verde para avançar ou não*", como referiu, uma vez que no próximo sábado se realiza a reunião da Assembleia de Freguesia.

A respeito de investimento, referiu " *Acho que nenhum de nós é contra o investimento, nem contra o endividamento e é salutar ver uma Câmara, como a de Arganil, aprovar um empréstimo de médio longo prazo de quatro milhões de euros. O que me assusta são as dívidas de curto prazo porque afetam os pequenos fornecedores locais, pessoas que vivem da economia local e as juntas/uniões de freguesia. Por isso, era bom limpar todos esses orçamentos e fazer uma boa prática de orçamentos, no próximo ano, porque se formos a*

Handwritten signatures and initials.



CÂMARA MUNICIPAL

medir a média do concelho, a execução da receita é uma desgraça porque, segundo todos eles, há dívida por parte da Câmara. Alguns de cinco ou seis anos e, isto pode considerar-se dívida de curto prazo. Portanto, precisamos resolver este problema e, claramente, avançar, porque a nossa capacidade de endividamento em médio longo prazo é muito curta, segundo os últimos relatórios".

Quanto ao vandalismo referido pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz e como o Senhor Oliveira já não pode intervir, disse *"fiquei com a sensação que a libertinagem em Tábua é feita pela CDU, sendo de lamentar o que foi feito na rotunda da EN17. Agora, é uma verdade que o "25 de Abril" foi bom, mas as pessoas confundem onde é que termina a liberdade um do outro e uma coisa é certa, a liberdade de qualquer pessoa, na minha perspetiva, termina quando ela chega ao nariz do outro. Nunca olhei para a CDU como se fosse um Partido de libertinagem. Fui recebido muitas vezes na Assembleia da República noutras competências e devo dizer-vos que dou os parabéns ao trabalho da CDU, porque é realmente um Partido que trabalha e que apresenta propostas".*

Antes de dar por concluída a sua intervenção, questionou o motivo pelo qual no protocolo a celebrar com a Agência Portuguesa do Ambiente, Tábua é contemplada com 110.000,00 e Oliveira do Hospital com 450.000,00 .

Finalizou, fazendo referência a uns rumores políticos que chegaram ao seu conhecimento em que *"o Senhor Presidente está de saída, mas segundo os cálculos que efetuou, ainda, tem direito a fazer mais um mandato. Certo?"*

Relativamente às questões expostas, o Senhor Presidente informou que quanto à MAAVIM, efetivamente, é preciso a Câmara emitir um parecer para a declaração de utilidade pública, caso contrário só a obteriam passados cinco anos de atividade. No entanto, estranha que haja necessidade da referida declaração, tendo em conta os fins que isso pressupõe, que é a isenção de impostos e a MAAVIM, pelo que julga, não está sujeita a impostos e benefícios fiscais, sendo, portanto, um assunto da competência da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre as plantações, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vereador, Dr. António Oliveira para, depois, se referir a esta situação.

Quanto à Junta de Freguesia dizer que " *como a Junta de Freguesia anda a tapar buracos ou a pavimentar alguma coisa, sabe que há um contrato que se chama delegação de competências, designadamente, os Acordos de Execução que são para isso mesmo. Prevêem verbas; preveem cedência de materiais; prevêem cedência de equipamentos e isso, efetivamente, é das responsabilidades da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Portanto, não é nada de novo*".

Sobre o saneamento de Meda de Mouros e Pinheiro de Coja, informou que aguarda o Visto do Tribunal de Contas.

Quanto ao empréstimo a longo prazo, informou que " *em breve virá aqui, uma proposta de médio/longo prazo para assumir a parte não subsidiada das obras de saneamento e todos os investimentos. Estamos a falar de um milhão e meio de euros. Portanto, em breve virá aqui a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, no valor de um milhão de euros, no mínimo, precisamente, por ser minha intenção não atrasar pagamentos a fornecedores e reduzir esses prazos. É preferível dever ao Banco, do que dever aos privados. E, por essa razão, quero ver se, na altura, os Senhores Vereadores estão disponíveis para assumir esta responsabilidade. Aceito o desafio do Senhor Vereador já que elogia o Município de Arganil com um empréstimo de quatro milhões de euros*".

Sobre as dívidas às freguesias, referiu que " *garantidamente, este ano, vamos resolver quase todas as situações e os Senhores Vereadores vão ver se realmente a realidade não vai ser outra. Mas se bem que estou muito tranquilo com aquilo que foi feito no ano de 2017 e nos anos anteriores porque conseguimos resultados fabulosos com os investimentos que fizemos. Há poucos concelhos aí à volta que tenham feito o investimento que nós fizemos, Senhor Vereador. Pode ter a certeza disso. E, nós não perdemos uma única candidatura. É certo, nós fazemos obras com candidatura, mas qualquer obra com candidatura também pressupõe investimento do orçamento do Município*".



CÂMARA MUNICIPAL

porque há despesas às vezes que não são elegíveis e, por isso, nós não temos perdido uma única obra, nem uma única candidatura. Temos conseguido fazer essa gestão e reduzir a dívida do Município e, fazendo sempre muito investimento.

Quanto à questão que levantou " que eu estou de saída". Por acaso, vi isso porque me chamaram a atenção. E, essa é para rir, quando o Jornal "O Tabuense" diz que fiz um discurso de despedida. Realmente, há mentes muito prodigiosas e eu estranho essa inteligência exagerada das pessoas, porque se esquecem que eu, ainda, posso ser candidato a mais outro mandato. E, eu fui eleito pelos Tabuenses, com uma grande margem para quatro anos. Por isso, estejam tranquilos porque me hão-de aturar muito tempo, pelos vistos. Há uma coisa que eu aceito, Senhor Vereador, são os desafios. E, já agora aproveitando, a título de recado, quando alguém sob atitudes cobardes, indecentes e falta de respeito pelos Tabuenses diz que o Executivo não se entende, estão muito enganados. Nunca nos entendemos tão bem".

Em relação aos 110.000,00€, cujo protocolo está na Ordem de Trabalhos da Reunião de hoje, referir que vêm na sequência dos incêndios, e porque Oliveira do Hospital teve 98,8% do concelho ardido e foi muito mais afetado nas linhas de água, daí o valor que lhe foi atribuído ser superior ao de outros concelhos.

Na sequência do solicitado pelo Senhor Presidente, interveio o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, esclarecendo no que respeita às plantações de árvores que, face às regras impostas pela nova legislação, sobre as quais foi dado nota nas ações de sensibilização efetuadas no concelho, no âmbito da Prevenção aos Incêndios, há muitas mais obrigações por parte dos proprietários, pelo que toda e qualquer rearboreização ou plantação passou a obedecer a projeto que tem de ser apresentado no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), emitindo a Câmara, apenas, um parecer solicitado por este organismo, que antes era facultativo e agora passou a ser vinculativo, para as arborizações acima dos dois hectares, sendo que uma das regras é guardar cinco metros das extremas das estradas e dez metros, em



CÂMARA MUNICIPAL

caso de terrenos agrícolas dez metros. No entanto, chama especial atenção para as licenças emitidas no ano passado que são válidas para dois anos.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. ANA LÚCIA SIMÕES:

Após apresentar, os habituais cumprimentos a todos os presentes, interveio a Senhora Vereadora, Dra. Ana Lúcia Simões manifestando satisfação por estar, uma vez mais, a integrar o Executivo, em substituição do Senhor Vereador Joaquim Garcia, desejando ao mesmo rápidas melhoras e dizer que pelo facto de ter sido convocada inesperadamente, não teve oportunidade de analisar a documentação enviada, mas confia plenamente nos colegas.

De seguida, apresentou também condolências à Dra. Maria do Rosário Fonseca.

Questionou o Senhor Presidente qual o ponto de situação dos concursos para assistentes operacionais.

Concluiu a sua intervenção, deixando uma palavra de apreço por algumas das dinâmicas que têm sido desenvolvidas no Município, destacando, nomeadamente, a iniciativa do “Laço Azul” a levar a efeito no dia de amanhã com as crianças, que é bastante interessante, assim como, o Encontro dos Escritores Tabuenses que representam sempre uma mais valia para o concelho.

Quanto ao questionado, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo prestou os necessários esclarecimentos sobre o processo e a forma como está a decorrer a tramitação do mesmo.

Findas as intervenções e os respetivos esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



CÂMARA MUNICIPAL

1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA NOVA DE OLIVEIRINHA/EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE.

Sobre o assunto em referência o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento que, dada a catástrofe de 2017 e face às medidas implementadas no âmbito da prevenção aos incêndios, o Governo decidiu avançar com a criação de mais de cem Equipas de Intervenção Permanente, a nível nacional, pelo que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha solicitou, no passado dia 11 de abril, através do e-mail, que se dá por reproduzido, a emissão de uma declaração para efeitos de constituição de uma Equipa de Intervenção Permanente, em Vila Nova de Oliveirinha.

Atendendo ao carácter urgente da situação, informou que foi emitida a declaração pretendida, considerando que o Protocolo inerente à constituição da referida Equipa de Intervenção Permanente a celebrar entre a Câmara Municipal de Tábua, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha só vai ser formalizado, no próximo dia 4 de maio, em Fornos de Algodres e que será presente numa próxima Reunião do Executivo.

A Câmara tomou conhecimento.

2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. E O MUNICÍPIO DE TÁBUA NO ÂMBITO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2018, DE 7 DE FEVEREIRO.

Deliberação n.º 102 - Na sequência do protocolo de colaboração técnica e financeira celebrado entre o Fundo Ambiental e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), no âmbito do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, foi presente, pelo Senhor Presidente da Câmara, o Protocolo de Colaboração celebrado, no passado dia 19 de abril do ano em curso, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) e o Município de Tábua, que se dá por reproduzido, e que tem por



CÂMARA MUNICIPAL

finalidade requalificar as linhas de água do concelho afetadas pelos incêndios em 2017, de modo a iniciar a preparação da campanha de prevenção e combate aos incêndios em 2018.

Nos termos do referido protocolo, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) compromete-se a cumprir as obrigações constantes nas cláusulas segunda e sexta, designadamente, a suportar os encargos até ao montante de 110 mil euros (cento e dez mil euros), relativos às obrigações de informação e de cooperação, bem como assegurar o financiamento necessário à sua execução, ficando o Município de Tábua, por sua vez, responsável pelo cumprimento da cláusula quarta, nomeadamente, pela afetação dos meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do protocolo, lançando os procedimentos de contratação nos termos do Código da Contratação Pública tendo em vista a adjudicação das intervenções de regularização das linhas de águas, assegurar a fiscalização dos trabalhos das empreitadas, analisar as propostas e adjudicar as obras, entre outros aspetos a ter em conta, no âmbito do citado protocolo.

A Câmara tomou conhecimento.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

3. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 103 – Presente o processo de Licenciamento de Obras n.º 02/2018-SAD/40/017, que se dá por reproduzido, em que é requerente a Sociedade Agropecuária de Loureiro, S.A., referente à obra de “Reconstrução de edificação e alteração do uso para turismo no espaço rural – agro-turismo”, situada no lugar designado por Loureiro, Covas, união de freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à informação n.º 42/2018 de 18/04/2018 do Sr. Arq. Pedro Santos com a proposta favorável da Senhora Eng.ª Luísa Marques, chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



CÂMARA MUNICIPAL

Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho de aprovação do projeto de arquitetura emanado pela Senhora Vereadora com competência delegada de 20/04/2018, com o condicionalismo da atualização da área das edificações existentes no prédio abrangido, constante da descrição da conservatória do registo predial, até ao deferimento do pedido.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2018, para produção de efeitos imediatos.

4. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

Deliberação n.º 104 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no SGD sob o n.º 417, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, apresentado por Ricardo Nuno Carvalho da Fonseca Santos, Notário do Cartório Notarial de Tábua, cujos comproprietários serão Linda Martha Lijnen e Lieven Guido Liliane Smeyers, sendo o negócio jurídico subjacente a compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 9526, situado no lugar de Carvalhita, freguesia de Mouronho e concelho de Tábua.

Face ao requerido, ao teor da informação n.º 47/2018, datada de 19 de abril de 2018, do Sr. Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora com competência delegada de 20/04/2018, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 105 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no SGD sob o n.º 443, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, apresentado por Ricardo Nuno Carvalho da Fonseca Santos, Notário do Cartório Notarial de Tábua, cujos comproprietários serão Maria de Lurdes Marques Mendes e Albertino Marques Mendes, sendo o negócio jurídico subjacente a partilha, dos prédios rústicos inscritos na matriz sob os artigos n.ºs 6595 e 6597, situado no lugar de Quintais, Espadanal, união de freguesias de Ázere e Covelo e concelho de Tábua.

Face ao requerido, ao teor da informação n.º 48/2018, datada de 23 de abril de 2018, do Sr. Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2018, para produção de efeitos imediatos.

5. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 25.º, N.º 3 DO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO/ALTERAÇÃO DE MINUTA.

Deliberação n.º 106 - Por proposta do Senhor Presidente da Câmara este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, tendo merecido aprovação unânime, face aos esclarecimentos prestados.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6. O TEATRÃO/APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO DE TEATRO "ENQUANTO OS LOBOS UIVAM"/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE TÁBUA.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 107 - Presente para ratificação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o pedido de cedência do Centro Cultural, solicitado pela Direção de Produção de O Teatrão, através do e-mail datado de 4 de janeiro de 2018, que se dá por reproduzido, para a realização da peça de teatro "Enquanto os lobos uivam", que decorreu no passado dia 22 e abril.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o ato de deferimento praticado pela cedência da referida infraestrutura municipal, para os fins e dia solicitados.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2018, para produção de efeitos imediatos.

7. GAMBIARRA ASSOCIAÇÃO CULTURAL/OFICINAS DE TEATRO PARA ADULTOS/PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE TÁBUA.

Deliberação n.º 108 - Presente o e-mail da Gambiarra da Associação Cultural, datado de 9 de março, findo, que se dá por reproduzido, solicitando autorização para que o projeto "Oficinas de Teatro para Adultos", seja levado a efeito no Centro Cultural de Tábua, com início no mês de maio, através da Companhia de Teatro Perro, às quintas-feiras, entre as 18h00 e as 20h30.

Tratando-se de uma iniciativa, que dada a sua natureza, será uma mais valia para o enriquecimento cultural já existente em Tábua, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero, abstenções, autorizar a cedência das instalações da referida infraestrutura municipal para os fins, dias e horário pretendidos.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2018, para produção de efeitos imediatos.

8. CEDÊNCIA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TÁBUA/AQUINOS GROUP.

Deliberação n.º 109 - Presente uma missiva da Aquinos Group, datada de 22 de março, findo, que se dá por reproduzido, solicitando a cedência das instalações do Estádio Municipal de Tábua para realização do Dia do Grupo



CÂMARA MUNICIPAL

Aquinos, a levar a efeito nos dias 8, 9 e 10 de junho, pelo facto de um dos pólos do complexo industrial da referida empresa estar a ser objeto de obras.

Tratando-se de uma situação pontual e considerando haver viabilidade na cedência das referidas instalações para os fins e dias pretendidos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a cedência das mesmas, isentando a mencionada entidade do pagamento de taxas, nos termos da alínea a) n.º 2 do art.º 10.º, Cap.III do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 09/2018, para produção de efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

